

Procedimento concursal para preenchimento de 3 postos de trabalho da carreira e categoria de Técnico Superior do mapa de pessoal do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. – Departamento de Recursos Financeiros



ATA N.º 1

1. Em 20 de março de 2024, reuniu o júri do procedimento concursal para o preenchimento de 3 (três) postos de trabalho da carreira e categoria de técnico superior, para o Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P., autorizado por deliberação **IMT-CD/2024/221** de 28 de fevereiro de 2024 do Conselho Diretivo, estando presentes os seus membros efetivos, Paulo Jorge Teixeira Paiva, como presidente, e Vânia Isabel Rego dos Santos e Cristóvão Lopes Santos, como vogais, com a seguinte ordem de trabalhos:
 - 1.1. Fixar os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar, bem como a grelha classificativa e o sistema de valoração final, incluindo a respetiva fórmula classificativa.
 - 1.2. Elaborar: Prova escrita de conhecimentos e respetivos critérios de avaliação e classificação (Anexo A), as fichas de avaliação curricular (Anexo B) e da entrevista de avaliação de competências (Anexo C), que se juntam à presente ata e da qual fazem parte integrante.
2. Relativamente ao ponto 1.1. o júri deliberou adotar os seguintes critérios:
 - 2.1. Para os candidatos que não detenham afinidade de conteúdo funcional com o posto de trabalho que se visa preencher, será utilizado, como método de seleção obrigatório e de carácter eliminatório, a prova escrita de conhecimentos (PEC), bem como o método de seleção facultativo, entrevista de avaliação de competências (EAC).
 - 2.2. A classificação final dos concorrentes (CF) será expressa de 0 a 20 valores de acordo com a seguinte fórmula:

$$\mathbf{CF = 70\% *PEC + 30\% EAC}$$

Em que:

CF = Classificação final;

PEC = Prova escrita de conhecimentos;

EAC = Entrevista de avaliação de competências

Procedimento concursal para preenchimento de 3 postos de trabalho da carreira e categoria de Técnico Superior do mapa de pessoal do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. – Departamento de Recursos Financeiros

3. Prova escrita de conhecimentos (PEC)

- a) A PEC visa avaliar se e em que medida os candidatos dispõem dos conhecimentos técnicos necessários ao exercício da função, sendo ponderada com a percentagem de 70% no total dos 2 métodos;
- b) A prova assume forma escrita e individual, será realizada de forma ininterrupta e aplicada simultaneamente a todos os concorrentes, com consulta;
- c) A prova assume a natureza de teste de escolha múltipla, com 20 questões e 3 respostas para cada questão, das quais apenas uma está correta e será valorada com 1 ponto;
- d) A prova tem carácter eliminatório quando a pontuação obtida pelo candidato seja inferior a 9,5 valores e será valorada de 0 a 20 valores.
- e) As temáticas sobre que incidirão as questões são:
- Missão e Atribuições do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P. (“IMT, I. P.”)
 - Enquadramento e Desenvolvimento das principais responsabilidades do IMT, I. P.;
 - Direitos e deveres dos trabalhadores da Administração Pública;
 - Princípios gerais da atividade administrativa, procedimento administrativo e ato administrativo;
 - Compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas;
 - Orçamento e normas de execução orçamental;
 - Códigos de Classificação Económica das Receitas e da Despesa;
 - Contabilidade pública e Sistema de Normalização Contabilística.
 - Para a preparação da prova escrita de conhecimentos aconselha-se, entre outros, a consulta da página da internet do IMT, I.P. em www.imt-ip.pt, e a consulta dos seguintes diplomas legais (a indicação da legislação inframencionada deverá ser considerada pelos candidatos, sempre na sua atual redação):
 - Constituição da República Portuguesa de 1976;
 - Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro - Código do Procedimento Administrativo;

Procedimento concursal para preenchimento de 3 postos de trabalho da carreira e categoria de Técnico Superior do mapa de pessoal do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. – Departamento de Recursos Financeiros



- Decreto-Lei n.º 236/2012, de 31 de outubro – Lei Orgânica do IMT, I.P.;
- Portaria n.º 209/2015, de 16 de julho - Estatutos do IMT, I.P.;
- Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual – Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso;
- Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro - Lei do Orçamento do Estado de 2024;
- Decreto-Lei n.º 17/2024, de 29 de janeiro - Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2024;
- Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro - Regime Jurídico dos Códigos de Classificação Económica das Receitas e da Despesa;
- Lei n.º 8/1990, de 20 de fevereiro na redação atual - Lei de Bases da Contabilidade Pública, na sua redação atual;
- Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

f) A estrutura e o conteúdo da prova bem como os critérios de avaliação e valoração constam do anexo A à presente ata, não podendo ser divulgados até à sua realização.

4. Para os candidatos inseridos na carreira e que detenham afinidade de conteúdo funcional com o posto de trabalho que se visa preencher, serão utilizados, como métodos de seleção obrigatórios e de carácter eliminatório a avaliação curricular (AC) e o método facultativo entrevista de avaliação de competências (EAC).

4.1. A classificação final dos concorrentes (CF) será expressa de 0 a 20 valores de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF = 70\% * AC + 30\% EAC$$

Em que:

CF = Classificação final;

AC = Avaliação curricular;

EAC = Entrevista de avaliação de competências

5. Avaliação curricular (AC) – O júri deliberou atribuir uma ponderação de 70% a este método de seleção, o qual visa avaliar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência

Procedimento concursal para preenchimento de 3 postos de trabalho da carreira e categoria de Técnico Superior do mapa de pessoal do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. – Departamento de Recursos Financeiros



adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e avaliação de desempenho obtida.

5.1. Na avaliação curricular serão considerados e ponderados de acordo com as exigências do posto de trabalho e numa escala de 0 a 20 valores os seguintes parâmetros:

- a) A habilitação académica de base (HA);
- b) A formação profissional (FP), em que se ponderam as ações de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com a área de atividade do posto de trabalho;
- c) A experiência profissional (EP), em que se pondera o desempenho efetivo de funções na área de atividade inerente ao posto de trabalho e o grau de complexidade das mesmas, bem como o desempenho de tarefas relevantes, com avaliação da sua natureza e duração;
- d) A avaliação de desempenho (AD) relativa aos últimos 3 biénios em que o candidato cumpriu ou executou atividades idênticas às do posto de trabalho a ocupar, seguidos ou interpolados. No caso de o candidato não deter as 3 avaliações será feita a respetiva proporção. No caso de não deter nenhuma avaliação no exercício daquelas funções o júri suprirá a falta da mesma por adequada ponderação curricular.

5.2. A nota final da avaliação curricular é calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$AC = \frac{HA + FP + 2* EP + AD}{5}$$

Em que:

AC = Avaliação curricular

HA = Habilitações académicas

FP = Formação profissional

EP = Experiência profissional

AD = Avaliação do Desempenho

5.2.1. Habilitações Académicas (HA):

Procedimento concursal para preenchimento de 3 postos de trabalho da carreira e categoria de Técnico Superior do mapa de pessoal do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. – Departamento de Recursos Financeiros



No fator habilitações académicas, o júri deliberou considerar a titularidade de grau académico ou a sua equiparação legalmente reconhecida, do modo como abaixo se indica:

- Habilitação superior a Licenciatura 20 valores;
- Habilitação igual a Licenciatura 18 valores
(para os candidatos já detentores da categoria)

5.2.2. Formação Profissional:

Na formação profissional será considerado o número de ações ou cursos de formação frequentadas pelos candidatos, direta e indiretamente relacionadas com a área funcional posta a concurso e desde que devidamente comprovadas. A formação que não tenha qualquer interesse direto ou indireto com a área funcional posta a concurso não será considerada.

A formação profissional (diretamente e indiretamente relacionada) com a área funcional posta a concurso é pontuada até ao **limite de 20 valores**, de acordo com a seguinte fórmula:

- Mais de 151 horas de formação 20 valores;
- De 101 a 150 horas de formação 16 valores;
- De 51 a 100 horas de formação 12 valores;
- Até 50 horas de formação 08 valores.

5.3. Na Experiência Profissional (EP) deliberou o júri avaliar, como critérios, a natureza e a duração do desempenho efetivo de funções na área do posto de trabalho para o qual é aberto o presente procedimento concursal, de acordo com as condições preferenciais a referir no aviso de abertura do concurso, bem como o desempenho de tarefas que o júri considere relevantes por constituírem uma mais-valia para o exercício da atividade.

5.3.1. Natureza e Duração da Experiência (NDE) – Neste critério avaliar-se-á a experiência profissional entendida como tal a que corresponder ao exercício de funções técnicas nas áreas de atividade do posto de trabalho, apoiada como medida no fator tempo, contado em anos completos e até 18 valores, de acordo com a seguinte tabela:

- Mais de 5 anos 18 valores;
- Entre 2 e 5 anos 16 valores;

Procedimento concursal para preenchimento de 3 postos de trabalho da carreira e categoria de Técnico Superior do mapa de pessoal do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. – Departamento de Recursos Financeiros



- Igual ou inferior a 2 anos 14 valores;

5.3.2. Desempenho de Tarefas Relevantes (DTR) – Neste critério deliberou o júri atribuir no máximo 2 valores aos candidatos que tenham desenvolvido tarefas consideradas relevantes, designadamente que possuam experiência específica no âmbito do SNC-AP e POCP, e em prestação de contas.

5.3.3. pontuação da Experiência Profissional – no máximo, 20 valores – será a que resultar do somatório das pontuações obtidas nos dois critérios considerados (EP = NDE + DTR)

Em que:

EP = Experiência Profissional

NDE = Natureza e Duração da Experiência

DTR = Desempenho de Tarefas Relevantes

5.4. Avaliação de desempenho (AD) – Neste parâmetro serão consideradas as 3 últimas avaliações obtidas, sendo as mesmas, se só qualitativas, classificadas do seguinte modo:

a) Lei n.º 10/2004, de 22 de março e Decreto-Regulamentar n.º 19-A/2004, de 14 de maio:

- Excelente 20 valores;
- Muito Bom 16 valores;
- Bom 12 valores;
- Necessita desenvolvimento 4 valores;
- Insuficiente 0 valores.

b) Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro:

- Excelente 20 valores;
- Relevante 16 valores;
- Adequado 12 valores;
- Inadequado 0 valores.

Procedimento concursal para preenchimento de 3 postos de trabalho da carreira e categoria de Técnico Superior do mapa de pessoal do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. – Departamento de Recursos Financeiros



- 5.4.1.** No caso de não ter 3 avaliações a classificação final será proporcional ao número de anos avaliados.
- 5.4.2.** A classificação final da avaliação, se quantitativa, será convertida da escala de 1 a 5 para a escala de 0 a 20 de acordo com a seguinte fórmula: “avaliação desempenho SIADAP x 4 = avaliação para seleção”.
- 5.5.** Para os candidatos que não detenham avaliação de desempenho a nota da mesma será substituída pela classificação obtida através de adequada ponderação curricular (PC), de acordo com a seguinte fórmula final e critérios:

$$PC = \frac{HL + FP + EP}{3}$$

Em que:

PC = Ponderação Curricular;

HL = Habilitação literária;

FP = Formação profissional;

EP = Experiência profissional

Critérios:

Habilitações literárias:

- Superior a Licenciatura 16 valores;
- Licenciatura 14 valores,

Formação profissional:

- Frequência de formação profissional adequada ao exercício de funções nos últimos 2 anos – 18 valores;
- Sem frequência de formação adequada ao exercício de funções nos últimos 2 anos – 12 valores.

Experiência Profissional:

- Experiência profissional igual ou superior a 5 anos na área de atividade do posto de trabalho – 18 valores;
- Experiência profissional inferior a 5 anos na área de atividade do posto de trabalho – 12 valores.

Procedimento concursal para preenchimento de 3 postos de trabalho da carreira e categoria de Técnico Superior do mapa de pessoal do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. – Departamento de Recursos Financeiros

6. Entrevista de avaliação de competências (EAC) – Este método visa obter, através de uma relação interpessoal, informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função, incidindo sobre as seguintes (a descrição de cada competência é a que consta da Portaria n.º 359/2013, de 13 de dezembro):

- a) Orientação para resultados;
- b) Conhecimentos especializados e experiência;
- c) Trabalho em equipa e cooperação
- d) Orientação para o Serviço Público.

6.1. A entrevista de avaliação de competências com uma ponderação de 30% no conjunto dos dois métodos de seleção, será organizada de forma individualizada e dispondendo cada candidato de um período de aproximadamente 50 minutos para a realização da respetiva entrevista.

7. No cálculo dos valores, quer dos métodos de seleção, quer final, o júri decidiu considerar para além dos valores inteiros, um limite máximo de dois dígitos, com arredondamento até às centésimas.

8. Por último, para além dos critérios de desempate definidos no art.º 24.º da Portaria n.º 233/2022, deliberou o júri que, em caso de igualdade de classificações, preferirá na ordenação o candidato com mais anos de experiência profissional na Administração Pública.

9. Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos elementos presentes.

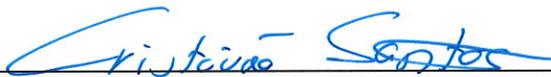
O Júri

Paulo Jorge Teixeira Paiva

Procedimento concursal para preenchimento de 3 postos de trabalho da carreira e categoria de Técnico Superior do mapa de pessoal do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. – Departamento de Recursos Financeiros



Vânia Isabel Rego dos Santos



Cristóvão Lopes Santos